

Ms.  
8 TERMOS NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO  
PORTO EM CÂMARA, 13 de  
Janeiro de 1913



O PRESIDENTE

Registado  
sob.n.º 904  
14-2-913

CMA  
AG

J. P. Lopes

Eg.ma Cauda R Municipal do Porto

J. P. Dras

Joaquim de Souza Pavao pretendendo construir um predio na sua particular denominada "de São Pedro", proximo ao n.º 155, freguesia do Bomfim, apresenta junto o respectivo projecto.

Pede a V. Ex.ª se digne conceder-lhe licença.

Porto, 29 de Janeiro de 1913

Pelo requerente,

Antônio da Silva e Loureiro

Para entrada no cofre Municipal, da quantia  
de 10000 constantes da lofornaga  
delivered a guia N.º 98 que é de 112,71  
cada dia de tesouraria.  
Faz.º da Fazenda N.º 19 de Fevereiro de 1913.

R.E.



Licença N.º 133  
de 19 de Fevereiro de 1913



*Exma Camara*

O abaixo assinado declara assumir a responsabilidade nos termos do regulamento de 6 de junho de 1895 sobre seguranças dos operários na execução da obra que vai ter lugar na rua de S<sup>to</sup> I<sup>z</sup>idro, freguesia de Tijuca, de que é proprietário Joaquim de Souza Tavares

*Porto 28 de janeiro de 1913*

*Francisco dos Santos, S<sup>ta</sup>*

*Resenho a assinatura suprad.*

*Porto 29 de Jan<sup>o</sup> 1913.  
Em nome de -*



*Reimuntereio*

APPROVADA, PORTO EM CAMARA,

18 DE Fevereiro DE 1918

O PRESIDENTE



CMP  
AG

145  
6

Joaquim de Sávia Tavares pretende construir na sua propriedade "Lemos-miranda" de São Pedro, concelho do Largo da Povoação, freguesia do Bonsucesso, contíguo à casa nº 155 com projeto justificado. As paredes serão de granito. A madeira a empregar na obra será de pinho e de castanho. A cobertura será de telha tipo da de Marquesha. Os condutores das águas pluviais serão de chapa de ferro zincado. O tubo de queda será de gres vidrado. As bacias das latrinas serão de sifões. A fossa será de pedra d'Alvenaria, revestida interiormente a argamassa hidráulica. As paredes serão assaltadas. A charneca será de tijolo com os arcos interiores arredondados e separada por 0,15 dos madeiramentos mais próximos.

17

Registo { N.º 138 R.E.  
Data 29-1-913.



Licença { N.º  
Data



# Camara Municipal do Porto

3.ª Repartição — Obras Publicas

## EDIFICAÇÃO URBANA

Especificação da obra: construção de casa

Requerente: Joaquim de Souza Tavares

Morada:

Situação da obra: Rua de São Tiago

Responsável: Francisco José Feira (meli d'ob. d'ip)

A) No projecto apresentado é

de 72,60 m<sup>2</sup>, a superfície total coberta, incluindo annexos;  
de 23,00 m<sup>2</sup>, a superfície total habitável (util);

de 5,70 m<sup>l</sup>, a extensão horizontal das fachadas voltadas para a via publica;

e de 0,00 m<sup>l</sup>, a menor distancia d'aquellas a esta;

de 4,00 m<sup>l</sup>, a altura média da mais alta das fachadas;

e de 5,75 m<sup>l</sup>, a altura média da mais baixa das fachadas.

Tem um pavimento de nível superior ao do solo circumacente, aguas-furtadas e lojas de pavimento mais baixo que o solo.

Destina-se a Habitação.

Está nos casos do art. 136.º do Cod. de Post.

Declaração de responsabilidade: iniciante

## O projecto

B) pelo que respeita ás prescripções do Código de Posturas em vigor e do regulamento de Sulubridade das edificações urbanas, aprovado por decreto de 14 de Fevereiro de 1903:

- a) sobre a altura das fachadas (art.º 5.º e 6.º do R. de S.) . . . . . *Satisfaz*  
b) sobre a altura inferior, ou pé direito dos andares (§ 3.º do art. 6.º do R. de S.) . . . . .  
c) sobre quartos de dormir e dormitorios (art. 13.º do R. de S.) . . . . . "  
d) sobre as dimensões das janellas (art. 11.º do R. de S.) . . . . . "  
e) sobre pateos e saguões (art.º 19.º e 20.º do R. de S.) . . . . . "  
f) sobre escadas interiores (§§ 1.º e 2.º do art. 9.º do R. de S.) . . . . . "  
g) sobre portas, janellas, balcões ou mostradores nos andares terreos (art. 146.º do C. de P.) . . . . .  
h) sobre alpendres, sobre-ceus ou cobertura de portas avançando sobre a via publica (art. 146.º e seus §§ 1.º e 3.º do C. de P.) . . . . .  
Nota: a superficie da projecção do alpendre na via publica é de <sup>mq</sup>; a taxa annual a que se refere o § 2.º do art. 146.º do C. de P. poderá ser de reis . . . . .  
i) sobre peões salientes junto das hombreiras dos portaes (art. 132.º do C. de P.) . . . . .  
j) sobre degraus, escadarias, rampas e balcões junto ás soleiras das portas (art. 131.º do C. de P.) . . . . .  
k) sobre beiraes e calões dos telhados (§ 1.º do art. 136.º do C. de P.) . . . . . *Satisfaz*  
l) sobre tubos de queda (art. 25.º a 35.º inclusivé, do R. de S. e § 2.º do art.º 136.º, art. 148.º, 149.º e 168.º do C. de P.) . . . . . "  
m) sobre syphões e tubos de ventilação (art. 36.º a 41.º inclusivé do R. de S.) . . . . . "  
n) sobre latrinas, pias, urinoes e outros escoadouros (art. 42.º a 47.º inclusivé) . . . . . "  
o) sobre fossas (art. 48.º a 53.º do R. de S.) . . . . . "  
p) sobre as condições a que deve satisfazer os alojamentos de pavimento subjacente ao da rua ou do terreno confinante (art. 18.º do R. de S.) . . . . .  
q) sobre a defeza das paredes contra a humidade vindas capillarmente dos alicerces (art. 10.º do R. de S.) ou vindas dos telhados (art. 16.º do R. de S.) . . . . .  
r) sobre a defeza dos pavimentos terreos contra a humidade (art. 9.º do R. de S.) . . . . . *Satisfaz*  
s) sobre chaminés (art. 129.º e 130.º do C. de P.) . . . . . "  
t) sobre alojamento para animaes (art. 54.º e 55.º do R. de S.) . . . . .  
u) sobre edificios para reunões publicas, como egrejas, theatros, etc., e para officinas (art. 12.º do R. de S.) . . . . .  
v) sobre os terrenos alagadiços, humidos ou sujos (art. 1.º e 2.º do R. de S.) . . . . .  
x) sobre construções ou installações onde possam depositar-se immundices, como cavallariças, curraes, vaccarias, lavadouros, fabricas de productos corrosivos ou prejudiciaes para a saude publica, etc. (art. 3.º do R. de S.) . . . . .  
y) sobre terrenos vizinhos de cemiterios (art. 4.º do R. de S.) . . . . .  
z) sobre a saliencia de varandas cobertas, balcões, *bow-windows*, etc. . . . .

C) sob o ponto de vista architectonico . . . . . *Satisfaz*

D) pelo que respeita á estabilidade . . . . . "

143

69

**Condições a impôr:**

Alinhamento: \_\_\_\_\_

Nível de soleiras: \_\_\_\_\_

Depósito: 10.410 milhas



Observações:

N.C. do M. Sanitários  
A. J. B. Braga

Aprovado pelo C. do M. Sanitários  
em sessão de 8-2-913

Em termos de esferimento

13-II-913

A. J. B. Braga

Procurado experimentalmente

13-2-913

J. J. Vazad

Câmara Municipal



CMP  
AG

Cidade do Porto

Anno Civil de 1913

Guia de entrada de depósito N° 98

Despacho de 13 de Fevereiro	de 1913	Dinheiro corrente . . . . .	10 \$ 000
		Papeis de crédito . . . . .	\$ ~
		Total Rs . . . . .	<u>10 \$ 000</u>



Pela presente guia vai o mynimo de Louça Favares entrar no Cofre d'este Municipalidade com a quantia de dez mil reis, em dinheiro.

como depósito de garantia às condições em que lhe foi concedida a licença nº 139 d'esta data para arrotar um predio na sua posse particular denominada "Ponta Verde"

; quantia de que o respectivo tesoureiro passará o competente recibo.

Porto e Repartição de Fazenda Municipal, 19 de Fevereiro de 1913

*Luz* O Chefe dos serviços de Fazenda,

Recebi a quantia de dez mil reis

supra mencionada.

Thesouraria Municipal do Porto, em 19 de Fevereiro de 1913

Registada

O Thesoureiro,

Em 19 de Fevereiro de 1913



C.M.P.  
A.G.

# Municipalidade do Porto

Concede-se licença a Joaquim de Sousa Tavares

para que possa construir um prédio na sua  
particular denominada "de Sto  
Hélio", proximo à casa N.º 155, freguesia  
do Bonfim conforme o  
Projecto que lhe foi approvado em  
13 do corrente.

Porto e Paços do Concelho, 19 de Junho de 1913

Arnaldo Casimiro Barbosa  
1.º Oficial Engenheiro Engenheiro Chefe da 3.ª Repartição, subscrevi.

O PRESIDENTE,

F. Alves Esteves

Vesta emolumentos para a Câmara

real ..... réis.  
L. L. L.

Registada.

Lilia

Depositou na thesouraria do Concelho a quantia de dez mil  
réis, conforme a guia n.º 98